

## A COLONIZAÇÃO DOS CORPOS: UMA BUSCA PELA LIBERTAÇÃO

Diógenes Pinheiro<sup>1</sup>

Amanda Barcellos Taranto Silva<sup>2</sup>

Cláudia Reis dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe uma leitura de aspectos presentes em obras de Frantz Fanon (psiquiatra e intelectual martinicano do século XX), que abordam a violência dos processos de colonização, em um diálogo com a necropolítica, o brutalismo e a fronteirização apresentados por Achille Mbembe (filósofo camaronês), utilizando como elemento disparador o curta-metragem “Dois estranhos” (2020), vencedor do Oscar de Melhor Curta em 2021, dirigido por Martin Desmond Roe e Travon Free. Assim, ao promover o diálogo entre estes autores, tem-se por objetivo suscitar reflexões quanto à brutalidade direcionada à exclusão social e/ou destruição definitiva de corpos que se apresentam como indesejados, dissidentes e fora de um padrão universalmente reconhecido, e que acabam sendo, portanto, caçados cotidianamente, sobretudo no espaço escolar. Para isso, utiliza-se a ideia de loop temporal, sem a possibilidade de alterar qualquer elemento da realidade. Ao tratar da política dos corpos a partir de pontos importantes trazidos pelos autores, serão considerados os níveis, as opressões e os privilégios de uns corpos em detrimento de outros, com ênfase no chão da escola. Por outro lado, tem-se por objetivo refletir e apresentar outros caminhos produzidos, neste mesmo território, a partir de resistências, problematizações e aquilombamentos de profissionais de educação e políticas públicas emergentes em educação que possibilitem a construção de uma educação libertadora e dialógica, sobretudo de cunho inclusivo e antirracista, capaz de reconhecer, acolher e empoderar sujeitos plurais; de espaços mais democráticos; e de um ensino capaz de reconhecer e respeitar a diversidade. Assim, avaliar a urgência, portanto, de desarticular narrativas seculares preestabelecidas em prol da criação de novas enunciações.

**Palavras-chave:** Corpos, Necropolítica, Educação, Diversidade.

## THE COLONIZATION OF BODIES: A SEARCH FOR LIBERATION

**Abstract:** This article proposes a reading of aspects present in works by Frantz Fanon (Martinican psychiatrist and intellectual of the 20th century), which address the violence of colonization processes, in a dialogue with necropolitics, brutalism and borderization presented by Achille Mbembe (Cameroonian philosopher), using as a trigger element the short film “Two Strangers” (2020), winner of the Oscar for Best Short in 2021, directed by Martin Desmond Roe and Travon Free. Thus, by promoting dialogue between these authors, the aim is to raise reflections regarding the ferocity directed towards social exclusion and/or definitive destruction of bodies that present themselves as unwanted, dissident and outside a universally recognized standard, and which end up being, therefore, hunted on a daily basis, especially in the school space. To achieve this, the idea of a time loop is used, without the possibility of altering any element of reality. When dealing with the politics of bodies based on important points raised by the authors, the levels, oppressions and privileges of some bodies over

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais e docente da UNIRIO.

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela UNIRIO.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela UNIRIO.

others will be considered, with an emphasis on the school floor. On the other hand, the objective is to reflect and present other paths produced, in this same territory, based on resistance, problematizations and overthrows of education professionals and emerging public policies in education that enable the construction and empowering plural subjects; of more democratic spaces; and teaching capable of recognizing and respecting diversity. Therefore, assess the urgency, therefore, of dismantling pre-established secular narratives in favor of creating new enunciations.

**Keywords:** Bodies, Necropolitics, Education, Diversity.

## 1. INTRODUÇÃO

*Déjà vu* é uma expressão que simboliza a sensação que ocorre quando fazemos, dizemos ou vemos algo que parece já termos feito, dito ou visto antes. A sétima arte, reiteradas vezes, se apropria desse recurso para criar narrativas de deslinearização do tempo, gerando loops temporais. Em geral, esse tema serve como mote para reflexões filosóficas presentes em filmes como “Feitiço do tempo” (1993); demonstrações do amor romântico (“Como se fosse a primeira vez”, 2004) ou até mesmo como trilha de terror (“Triângulo do medo”, 2009).

Contudo, a categoria *déjà vu* apresentada no curta-metragem “Dois estranhos” (2020), dirigido por Martin Desmond Roe e Travon Free, longe de ocupar apenas o campo da ficção, se aproxima da realidade vivenciada pelos corpos pretos, dissidentes e atravessados cotidianamente pelo racismo estrutural e estruturante que insiste em existir na contemporaneidade.

O curta-metragem conta em exatos trinta e dois minutos a história do cartunista Carter James. Carter, homem negro e trabalhador, tenta retornar para casa assim que acorda pela manhã no apartamento de uma linda mulher, após um encontro. Ao sair do imóvel, acaba sendo vítima do policial Merk, homem branco, que passa pelas redondezas no momento.

No instante em que é assassinado, Carter acorda novamente no apartamento de sua companheira, acreditando inicialmente ter sonhado com o ocorrido. Mas, ao sair do local, se depara com a mesma situação, percebendo reviver o encontro com o policial e sua morte iminente num looping incessante.

Provocado a partir do assassinato de George Floyd, 40 anos, por policial branco que permaneceu ajoelhado em seu pescoço, em maio de 2020 (Minnesota, Estados Unidos), o curta possibilita refletir quanto ao preconceito racial, a violência exacerbada, o extermínio, a fronteira, os discursos enraizados numa visão pautada no colonialismo e presentes na atualidade.

É necessário lembrar que as práticas coloniais tinham como característica a violência: desde a negação da cultura dos escravizados até a realização de atividades voltadas para a exploração, dominação e opressão destes grupos vistos como inferiores pelos colonizadores (homens brancos europeus).

Nos Navios Negreiros corpos negros advindos do continente africano já sentiam as dores da barbárie. Presos e amontoados nas embarcações, muitos não conseguiam sobreviver à travessia do Atlântico, sendo seus corpos descartados em alto mar. Os que chegavam com vida aos portos brasileiros iam pouco a pouco sentindo as marcas profundas de um sistema de dominação que se utilizava de meios coercitivos, leis injustas e repressão, de forma a manter o domínio e negando-lhe a própria humanidade.

O tráfico de homens e mulheres advindos do continente africano, entre os séculos XVI e XIX, deu início à transformação desses sujeitos em meros objetos, que aprisionados tiveram suas origens desprezadas, tendo que se apropriar de uma nova língua, valores e ideais.

O sistema colonial, ou seja, a própria *violência em estado puro* (FANON, 2022, p.58), foi pautado, portanto, pela construção e permanência de uma narrativa excludente e opressora, muito vívida nos dias de hoje.

## 2. RAÍZES DISCURSIVAS DO *DÉJÀ VU* E SEUS EFEITOS PSICOLÓGICOS

Em “Dois estranhos” (2020), o personagem principal (Carter) tenta a cada nova oportunidade encontrar diferentes saídas a fim de quebrar o padrão “homem representante da lei mata homem negro”. Seu maior desejo está justamente em conseguir chegar em casa e poder reencontrar seu cachorro.

A cada tentativa Carter modifica suas ações, se antecipa ou se atrasa em relação a algum acontecimento, e tudo isso no intuito de encontrar caminhos possíveis que o impeçam de morrer. Mas sua vida já está traçada e seus limites concretizados. A ele só lhe resta o banco detrás do carro da polícia, o olhar incrédulo do homem branco, o tiro certo que lhe atravessará a carne.

Carter traz em sua tragédia a barbárie com que a população negra convive há séculos. O curta-metragem, portanto, é um convite à reflexão e a oportunidade de levantar questionamentos quanto ao silenciamento e aceitação do extermínio.

A sociedade brasileira tem sua trajetória marcada pelos horrores da escravidão e opressão atribuídas a indígenas (povos nativos), africanos e seus descendentes. A partir disto é importante problematizar as narrativas utilizadas para explicar a história nacional, bem como analisar criticamente os desdobramentos de tais narrativas na atualidade.

O discurso colonial se legitimou a partir de concepções civilizatórias pautadas na ciência, religião e valores de uma época. Assim, algumas raças foram então classificadas como inferiores, sendo a raça branca a única representante da civilização ocidental. Isto ocorreu ao passo em que o homem branco europeu tomou para si o lugar da enunciação.

Cabe ressaltar que o nosso reconhecimento enquanto seres sociais está atrelado ao diálogo construído com o outro, à medida em que o reconhecemos. Ao não reconhecer a alteridade se negará a existência de uma diversidade cultural. E é justamente a partir

desse não reconhecimento, dessa desumanização do diferente que se legitimou a exploração e comercialização de alguns grupos, uma vez que eram vistos como simples mercadorias descartáveis e lucrativas. E,

Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. (...). O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário. (FANON, 2022, p. 31)

Segundo Fanon (2022), esse não reconhecimento do outro provoca danos psicológicos nos ditos inferiorizados, levando-os a acreditar piamente em sua situação de menos valia a partir da narrativa colonialista. Para este autor, o colonialismo e o racismo têm desdobramentos significativos no que diz respeito à identidade dos negros. Deste modo, é preciso compreender a dinâmica psicológica resultante de toda a opressão colonial que reafirmava constantemente um discurso de poder pautado na rejeição da negritude e em sua inferioridade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), o Brasil foi o país, no continente americano, que importou mais africanos entre os séculos XVI e XIX. Além disso, foi o que demorou mais tempo para acabar com o tráfico negreiro e o último a extinguir a escravidão, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Por conseguinte, apesar da libertação dos escravos, nunca houve uma política de integração dos negros à sociedade brasileira. Como bem afirmou Florestan Fernandes,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. (...). O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. (FERNANDES, 2008, p. 29)

O colonialismo foi um processo histórico, durante a época colonial, em que grandes potências europeias da época (como Espanha, Portugal, França) impuseram um controle político, econômico e social sobre uma determinada população e em seu território (colônia). E, apesar da independência posteriormente desses territórios, incluindo o Brasil, a lógica daquelas relações escravagistas/exploratórias se mantiveram pelas elites locais que, imbuídas pelo pensamento do colonizador, permaneceram excluindo os que não se enquadravam no modelo europeu de civilização.

A partir do momento em que os corpos negros não podiam dar lucro, em virtude da proibição em comercializar a venda de sua carne, o descarte passou a ser a invisibilidade e a morte em vida desses seres, uma vez que

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 2008, p. 29)

Segundo Quijano (1997), a colonialidade foi assegurada a partir da naturalização e manutenção de padrões e relações hierárquicas. Em “Dois estranhos” (2020), por exemplo, Carter tenta por inúmeras vezes romper com o sistema que o aprisiona. E a cada nova empreitada, o espectador se põe aflito e esperançoso pela possibilidade de mudança

concreta. No entanto, mesmo o personagem tendo literalmente criado mais de noventa vezes caminhos distintos para se libertar das amarras sociais, nota-se que não há outra possibilidade a não ser o seu real extermínio.

Quantos como Carter têm sua trajetória impedida? Quantos corpos são excluídos diariamente ainda em vida?

Achille Mbembe, filósofo camaronês muito conhecido pelo termo “necropolítica”, afirma (MBEMBE, 2018) que esta se manifesta em situações de violência extrema, sendo a morte e a destruição elementos indispensáveis de dominação. A necropolítica, no entanto, não se limita à morte física, mas compreende todo tipo de violência e opressão capaz de levar ao falecimento psicológico, social e/ou político dos sujeitos.

Ao controlar a morte, o poder soberano determina quem poderá viver e quais corpos serão preteridos. Há, portanto, a existência e permanência de um controle desumano sobre determinados grupos que desde sempre foram e continuam a ser marginalizados e privados de seus direitos.

No curta, Carter é impedido de transitar livremente pelas ruas sem ser abordado, visto que é encarado o tempo inteiro como suspeito perigoso. E mesmo não saindo da casa de sua parceira em uma das tentativas, a polícia acaba invadindo a residência por acreditar que somente ali seria possível encontrar um “mau elemento” que precisa ser detido, não podendo permanecer no convívio social.

Outro conceito apresentado por Mbembe diz respeito à “fronteirização” (MBEMBE, 2018), voltado à ideia de como as fronteiras (tanto físicas quanto simbólicas) são usadas para controlar e excluir grupos humanos. De acordo com o autor, a fronteirização delimita e classifica as pessoas a partir de distintos critérios, como nacionalidade, gênero, etnia, classe etc. Assim, tais fronteiras restringem a circulação, exercendo controle e poder constante, violando os direitos humanos.

É possível observar a presença da fronteirização nas práticas excludentes que reafirmam a distinção entre corpos bonitos ou feios; brancos ou negros; magros ou gordos, dentre outros. Estas distinções são resultantes de discursos de embranquecimento, racismo, preconceito, que acabam por excluir o acesso e a permanência de alguns a determinados espaços.

Apesar de Fanon ter se voltado ao estudo das lutas de libertação e na psicologia dos colonizados, Mbembe manteve-se atento às dinâmicas de poder. Suas obras dialogam constantemente, destacando a violência do colonialismo e sua manutenção na atualidade. Outro ponto importante apresentado por ambos diz respeito à conscientização das amarras a fim de romper com a opressão.

### 3. CORPOS MARCADOS

“Que quer o homem? Que quer o homem negro?”  
(FRANTZ FANON, 2008, p. 26)

Corpos iguais ao do personagem Carter são diariamente marcados, conduzidos e, por fim, submetidos à execução. Uma execução que poderá levar ao extermínio de vida, como também a sua total exclusão social. Mas, para isso, nota-se a construção de narrativas que levam a reconhecer em quais corpos há vida humana ou não.

Ao animalizar os corpos negros tornando-os coisas bestiais, a eliminação da vida ali presente passa a ser, portanto, aceitável, pois não está no nível do humano. Assim, além dos corpos colonizados, há também os espaços (comunidades, favelas) em que tais estruturas físicas são segregadas e violadas em seus mais amplos direitos. Nesses espaços percebe-se a ausência de condições mínimas de vida (saúde, educação, cidadania), bem como a força constante e atuante de um Estado armado. Logo,

O humano, sem características que o definam precisamente e de uma vez por todas, é, por excelência, campo político de invenção: inventa-se a coletividade, a comunidade, mas também se inventa a exclusão. É necessário, seguindo a lógica lacaniana, que haja reconhecimento e reciprocidade nessa relação. Mas, e se não houver reconhecimento? Se, nessa lógica intersubjetiva, nas premissas que possibilitam saber o que é um homem, se eu, um outro ou um grupo for excluído do registro do humano, o que decorre? A barbárie; a retirada de direitos humanos, com o auxílio de dispositivos e procedimentos jurídicos e políticos que sustentam essa supressão e que implicam a exclusão dessas vidas e corpos do registro humano. (AIRES, RevistaCult, 2018)

Compreender essa lógica da branquitude era algo com que o personagem Carter se debruçava. E isso é possível perceber logo no primeiro minuto do curta-metragem.

O telespectador mais atento se depara com livros em uma pequena mesa em um apartamento que, ao passar da história, percebe-se ser do personagem principal. É possível ler apenas o título de um deles: “The fire next time”, de James Baldwin.

James, nascido em 2 de agosto de 1924 em um hospital no Harlem, bairro negro de Nova York (EUA), publicou esta obra originalmente em 1963. Seu livro apresenta dois ensaios e retrata a experiência negra nos EUA naquela época, e a exclusão dos negros ao sonho americano, promovendo reflexões a respeito da injustiça social. Carter, por sua vez, traz a vontade incessante em romper com o sistema à medida em que não desiste de chegar a sua própria casa, mesmo que para isso sua vida seja ceifada várias vezes e de diferentes maneiras.

Carter representa os milhares de jovens negros mortos todos os anos no mundo por policiais como Merk, autorizados diariamente pelo Estado. Assim, ao longo das inúmeras tentativas de transformar a realidade imposta, seu corpo foi rapidamente localizado pelo agente da ordem, identificado como uma ameaça (inimigo iminente), silenciado de diferentes maneiras e submetido a todo tipo de humilhação. Por conseguinte,

Aprisionado pelo branco, desorientado, incapaz de estar no espaço aberto com o outro, o negro distancia-se para longe de si, do seu estar-aqui, da sua corporeidade presente no espaço-tempo, constituindo-se como objeto e não como sujeito. (VITORIO, 2022, p. 16)

O aprisionamento não se limita somente ao físico, às algemas utilizadas para limitar os movimentos, mas também às representações e estereótipos criados pelo próprio sistema a fim de reafirmar esse corpo negro como elemento a ser combatido ou domesticado.

Na tentativa de fugir a esses padrões impostos, Carter se depara com a dificuldade em romper e reivindicar o discurso colonialista que o põe a todo tempo como ser marginal, feio e ameaçador. É como se ele não pudesse ter roupas bonitas ou tênis caro, bem como um celular. Tudo isso acaba sendo inapropriado. Como um corpo daqueles poderia ter dinheiro na mochila conquistado pelo suor do seu trabalho?

Sua primeira apreensão se dá justamente pelo fato de o policial não reconhecer a possibilidade de Carter ser trabalhador honesto, um cartunista, criador de ideias, de mundos, de possibilidades. Tudo isso acaba sendo visto como mentira, ou seja, algo inimaginável de acontecer, pois o negro na sociedade precisa “alcançar uma espécie de “perfeição além- humana” para chegar a ser um pouco reconhecido como humano: o negro não pode ser negro”. (VITORIO, 2022, p. 19)

O corpo negro é visto como símbolo do que não se deve ser. Mas, esse mesmo corpo está no mundo e carrega potência. Uma potência que é negada, silenciada, oprimida. Ao revés, cada dia mais percebemos a consolidação de uma necropolítica alinhada aos propósitos neoliberais levados ao extremo pela ultradireita que faz questão de reafirmar desigualdades, sobretudo de raça. Logo,

A necropolítica pode ser pensada como uma relação entre política e morte em sistemas sociais que não podem funcionar senão em estado de urgência e que discriminam as vidas que serão cuidadas, protegidas, multiplicadas, das vidas que serão expostas à morte, seja por serem identificadas com o inimigo que ameaça a coesão da sociedade, seja por fazerem parte do grupo que é eliminado em uma guerra que escolhe seus inimigos. Nessa economia, se faz a regulação e a distribuição da morte e do encarceramento. Uma necropolítica que é efetivada pelo Estado – mas não só –, que identifica e localiza, controla e destrói os corpos em que essa vida é exercida. (AIRES, RevistaCult, 2018)

É urgente, portanto, tomarmos consciência da diversidade dos corpos e da necessidade de os acolhermos nos mais diferentes espaços, sobretudo nos espaços formais de ensino, com ênfase nas escolas públicas de Ensino Básico.

#### 4. ROMPENDO O LOOP TEMPORAL: AQUILOMBANDO CORPOS E TERRITÓRIOS

"Temos que nos voltar para dentro do quilombo e nos organizarmos melhor no sentido de dar um instrumental para esses que vão chegar e vão continuar o nosso trabalho." (LÉLIA GONZALEZ, 1991, p.8)

Conforme enunciado até aqui, experiência de corpos negros marcados pela racialização permeia historicamente as relações sociais construídas em sociedades de base escravagista. O impacto estrutural e estruturante desta formação racista tem sido difundido historicamente por intermédio das instituições que compõe o tecido social. A escola, seus grupos, suas estruturas e, sobretudo, as relações que se estabelecem em seu território não estão dissociadas deste contexto.

Sendo assim, a escola pode ser considerada como um mecanismo de reprodução de desigualdades, para os corpos marcados pela dissidência, devido a uma série de fatores e dinâmicas que ocorrem dentro do sistema educacional racista, misógino, LGBTfóbico e excludente. Este ensaio se detém mais especificamente sobre as assimetrias de raça e em sua lógica racista nas quais a branquitude estabeleceu um propósito de ensino que vem sendo implementado ao longo da modernidade em nosso país.

Embora a escola seja idealmente concebida como um local de igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento, na prática, na maioria das vezes reflete, perpetua e legitima as desigualdades presentes na sociedade. Em vários níveis e modalidades de ensino nos deparamos com um número expressivo de pesquisas que trazem relatos sobre racismo e violência experienciada por crianças, adolescentes e adultos negros na trajetória de educação em espaços formais de ensino, até os dias atuais.

Em 2023 o país completa vinte anos da publicação da lei federal nº10.639 e posteriormente atualizada pela lei nº 11.645. Estas iniciativas podem ser consideradas como avanço expressivo para a construção de uma educação equânime e inclusiva, já que esta legislação incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e tornou obrigatória o ensino da história da África, dos africanos, da cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, sejam eles públicos ou privados. Ressaltando-se ainda que sua importância se torna amplificada por ter sido fruto da luta e da resistência dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro.

Porém, apenas a existência das leis não garantiu, até o presente momento, a modificação da estrutura racista que ainda encontramos nos currículos e práticas pedagógicas majoritárias nas redes de ensino.

Um dos marcadores da continuidade do racismo estrutural pode ser observado no material didático oferecido a crianças e adolescentes, por exemplo, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que é distribuído às escolas públicas em todo o território nacional. Há várias pesquisas analisando este material em diversas camadas, mas um dos dados que vale ressaltar é a forma como o corpo negro é representado nele.

A historiadora Caroline Barroso em sua pesquisa sobre o lugar da mulher preta nos livros didáticos nos demonstra que dos corpos representados neste material, aproximadamente 52% são de pessoas brancas e que 16% são representações de pessoas negras (BARROSO, 2020, p.109). A priori, estes dados entram em contradição com a própria formação racial atualizada do povo brasileiro que, segundo o IBGE (2022), é composto por aproximadamente 52% de pretos e pardos. A invisibilidade dos corpos negros, como já destacado anteriormente, ratifica o estado de opressão, subalternidade e consequentemente exploração destes. A representação estereotipada na formação dos estudantes reforça e legitima o sistema de desigualdades e racismo que a lógica da branquitude pretende ainda fortalecer.

A autora destaca ainda que, mesmo quando corpos negros são representados, aparecem em condição de escravidão e/ou subalternidade e este quadro é amplificado quando são retratados corpos de mulheres negras. Tal representação distante de auxiliar a construção de representações afirmativas dos corpos negros, reforçam uma condição de desigualdade/inferioridade racista, misógina e excludente:

Os estereótipos e imagens de controle interferem na construção da consciência racial, social e histórica de jovens negras por todo o país. No entanto, existem exceções imagéticas que destacam o agenciamento das mulheres negras. Uma vez que essas exceções deveriam ser a regra, precisamos, ao mesmo tempo, problematizar os estereótipos e explorar essas imagens, articulando-as com narrativas históricas que expressam de forma adequada as experiências negras. No livro didático analisado, das 39 representações, as mulheres negras aparecem de forma positiva em apenas 8 delas. (BARROSO, 2020, p. 113)

De acordo com os dados sobre afastamento dos estudos pela população jovem negra - por exemplo, segundo o IBGE, aproximadamente 10 milhões de jovens até 2013, entre 17 e 29 anos, deixaram de concluir o Ensino Médio e destes, 71,7% eram negros - reafirmando a necropolítica instituída no Estado brasileiro. Corpos negros são eliminados pelo simples fato de existirem, assim como o extermínio do futuro dos corpos sobreviventes completam esta cadeia de exclusão e violência.

Para Fanon (2020), a fundamentação da estrutura de violência racial está intrinsicamente vinculada à preservação de elementos herdados da situação colonial. Há, segundo o filósofo, resíduos coloniais espalhados no mundo moderno que conservam a memória da opressão racial. Naturalizados no espaço, esses fragmentos exprimem uma onipresença de “cenas coloniais”, que condicionam a constituição da subjetividade forjando a submissão de pessoas de pele preta (OTO, 2011). Tais cenas assumem múltiplos formatos, tanto simbólicos como concretos, que podem ser transfigurados em objetos, linguagens, hábitos, tradições, etc. Desta forma, inscreve-se no real o fantasmagórico, de modo que a realidade concreta torna-se a violência do racismo em uma dimensão generalizada. Nessa perspectiva, o espaço circunscrito pelo racismo aniquila a existência do preto na medida em que a sua vida e a sua morte são conjugadas indistintamente. (CRUZ, 2023, p. 55)

Contudo, esse território político de construções e tensões, além de não ser linear, apresenta a potência para ratificar ou retificar as experiências vividas e conhecimentos adquiridos. Desde a implementação de legislações a premiação de práticas afirmativas no campo do combate ao racismo estrutural e estruturante, percebemos que essa categoria de opressões vem sendo confrontada em território nacional.

Educadores e sistemas educacionais provocados pelas práticas de resistência e reorganização de estruturas coloniais, patriarcais, racistas, misóginas e assimétricas apresentam algumas possibilidades de construção de metodologias antirracistas e inclusivas. Para tanto, alguns se inspiram na ideia dos quilombos e em sua prática contínua de aquilombamento:

(...) a criação dos quilombos, territórios de organização social alternativa à sociedade colonial escravocrata que, ainda nos dias de hoje, inspira estratégias de articulação de comunidades e núcleos de resistência articulados por homens e mulheres negras. Embora o termo “quilombo”, de origem bantu, tenha assumido significações diversas no território angolano pré-colonial, no Brasil instituiu-se a definição de “quilombo” como estabelecimento de pessoas negras escravizadas fugidas, paralelo ao sistema dominante. (...) Já no final do século XIX, com o fim do regime escravocrata, a ideia de quilombo enquanto refúgio permanece no imaginário brasileiro e recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão, passando de instituição clandestina a símbolo de resistência. Se admitirmos o mecanismo do quilombo enquanto tecnologia que possibilitou a sobrevivência da identidade e culturas negras e considerarmos a continuidade do ato de se aquilombar como dispositivo de resistência e embate cultural, é possível identificar as experiências que se dão no campo das artes e da cultura e encontrar nesses casos exemplos de agenciamento político da cultura e seus mecanismos de gestão. (NASCIMENTO, 2006)

A proposição de educação antirracista dialoga com esta ideia de construção de aquilombamentos em espaços de educação formal que reúnam educadores para promover metodologias, práticas e estruturas curriculares para combater o racismo e as opressões decorrentes.

Diante deste espectro de possibilidades, é importante relatar algumas experiências que vêm sendo desenvolvidas na interface entre raça e educação. Há alguns anos, prêmios organizados pelo poder público e/ou por iniciativas privadas vêm incentivando a prática de educação antirracista para sistemas educacionais e professores, tais como: o COMDEDINE (cidade do Rio de Janeiro, há trinta anos); o prêmio Educar com Igualdade Racial e de Gênero (em nível nacional, há vinte anos); Prêmio Sim à Igualdade Racial (nível nacional, há seis anos), entre outros. A visibilidade e a legitimação de ações pedagógicas que rompem a lógica da branquitude, da opressão e do racismo são um passo importante na construção de oportunidades equânimes, possibilitando perspectivas emancipatórias, decoloniais e antirracistas no chão da escola.

Outro dado importante diz respeito à implementação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) em várias instituições formais de ensino, o que proporciona não apenas reflexão, mas também a criação de materiais pedagógicos e

referências fora do eixo da branquitude colonial, deslocando o *locus* de produção artística e científica.

Especificamente na Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (SME/RJ) tem sido implementada uma gerência que trata especificamente sobre as relações étnico-raciais na escola. Trata-se de GERER (Gerência de Relações Étnico-Raciais) que conta com professores e pesquisadores negros e negras e que tem por objetivo:

pensar e articular ações de caráter transversal e intersetorial, respaldadas pelas legislações vigentes que orientam o trabalho de implementação da Educação para as Relações Étnico Raciais, constituindo-se como um órgão de natureza consultiva, mediadora e de planejamento estratégico, que deve atuar de forma circular e mover-se através dos eixos Currículo, Formação, Projetos Intersetoriais, Avaliação, Monitoramento e Orçamento. (GERER, 2021)

O estabelecimento desta gerência pode ser considerado um marco importante no desenvolvimento da projeção da educação antirracista em âmbito público, uma vez que o sistema de ensino da Cidade do Rio de Janeiro figura como a maior rede pública da América Latina, atendendo 650 mil estudantes, com 1.541 unidades escolares, em sua maioria inseridas em territórios conflagrados com pouca ou nenhuma capilaridade de oferta de serviços públicos.

Inúmeros são os relatos de experiências afirmativas no chão da escola, sobretudo na Escola Básica Infantil e dos Anos Iniciais. Em conversa informal com Wallace Benjamin, professor branco da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro (SME/RJ), que atua no Espaço de Desenvolvimento Infantil Medalhista Olímpico Éder Francis Carbonera, situado na comunidade Salsa e Merengue, na Maré, o relato abaixo foi coletado:

Disse, faz semanas, que as crianças poderiam desenhar qualquer um dos olhos (a pesquisa era sobre eles):  
"Pode ser esse, ou esse, esses olhos dessa criança indígena, desse homem negro..." "Mas o que é negro?"  
"O que é negro?" foi o ponto de partida pra pesquisas de tons de pele, autorretratos e conhecimento sobre personalidades negras com minhas crias de 5 e 6 anos. Temos reconhecido essas personalidades por fotografias, conversas, literatura e música. As crianças já tinham algumas referências e a proposta é ampliar.  
Djavan, Milton Nascimento, Emicida, Sonia Rosa, Elisa Lucinda, Sheron Meneses e algumas outras referências entraram na roda.  
Hoje eu fiz questão de levar o Vinicius Junior e o Pelé, mas focando no Vinicius. Não sei se pela primeira vez, mas as crianças ouviram o que é racismo. E a conversa rolando... de repente, eu vi esse diálogo acontecer:  
"Eu defendo ele!" "Eu também!"  
"Se você defende o Vinicius, você defende o Thalles também." "E a Ana Sophia."  
"A Sophia."  
"O Bernardinho." "O Djavan."  
"A Kiusan" "O Milton"  
Me arrepiei, chorei.

Estava então estabelecido um combinado: que além de respeitarmos as pessoas negras, a gente *defenderia elas*.

"Quem comete o crime de racismo, xinga e ofende as pessoas por causa da cor da pele. Mas a gente não deve fazer isso."

"A gente tem que dizer coisas boas."

"Então o que vocês diriam pro Djavan, por exemplo?" "Que eu gosto da música dele..."

E entramos em uma onda linda, linda de tecer elogios para as referências que enegreciam o quadro branco.

Ao final, brincamos de jogo da memória com as fotos nomeadas, que incluem indígenas que estamos por conhecer (Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Sonia Guajajara) e ainda Silvio de Almeida (a quem, por sinal, merecemos ter como presidente desse país) e Margareth Menezes.

Hoje as crianças perceberam que pessoas negras podem ter tons de peles diferentes. E eu vi pela primeira vez uma criança se dizendo:

"Eu sou preto também." Eu *tô* feliz.

(BENJAMIN, Wallace, relato feito a Cláudia Reis em 23 de maio de 2023)

São muitas camadas de análise que este relato proporciona. Desde a escuta e o protagonismo de crianças em Educação Infantil (3 a 5 anos) até a ancoragem em território marcado pela violência policial aterrorizando corpos negros, maioria indiscutível na região. O mesmo território que testemunha o assassinato de dezenas de crianças e jovens negros por décadas, oferece este relato de insurgência, transgressão da ordem estabelecida e possibilidade de construção de novas narrativas.

Outras camadas podem ser acionadas a partir desta fala registrada por um professor, do sexo masculino, branco e regente em Educação Infantil, porém estas reflexões podem ser apreciadas mais profundamente em outra oportunidade. Por hora, a força, potência, a representatividade e a afirmação identitária no conteúdo das falas das crianças parece demonstrar que romper o looping da reafirmação do racismo tem se tornado uma realidade, mesmo que ainda em passos tímidos.

## 5. CONSIDERAÇÕES ATEMPORAIS

Ao iniciar este ensaio, foi desenvolvida a reflexão sobre *Déjà vu* e a ideia de *loopings* infinitos provenientes do curta-metragem "Dois Estranhos" (2020) e a relação entre continuidades históricas relacionadas ao racismo e à estrutura colonial da sociedade, sobretudo a brasileira. Entretanto, ao longo das reflexões apresentadas, este ciclo foi sendo desarticulado por intermédio das insurgências apresentadas, sejam elas provenientes de aquilombamentos e/ou políticas públicas, mesmo que ainda incipientes.

Essa condição transformadora de estruturas que tendem a ser imutáveis inspiraram as reflexões deste texto, pois até mesmo na perspectiva hegeliana sobre os ciclos de repetição na natureza admite a possibilidade das transformações no campo do espírito (HEGEL, 2008, p. 53). Este espírito que pode e deve ser construído e reconstruído cotidianamente buscando acessar novos caminhos que valorizem e reconheçam a importância dos corpos negros, que enalteçam sua ancestralidade, que protagonizem sua história e que, sobretudo, rompam com o ciclo secular de opressões, racismo e exclusão.

Diante das possibilidades educacionais observadas ao longo deste ensaio e que fazem parte de um universo muito limitado ainda de potenciais metodologias antirracistas e inclusivas na escola e sobretudo, na escola pública básica, percebemos que estes instrumentos são catalizadores para romper o looping infinito no qual Carter nos confronta no curta-metragem que nos instigou a estas reflexões. Reflexões estas que não se encerram por aqui. Porque ainda é necessário, é urgente, é atemporal. Que outra história possa ser escrita em breve.

## REFERÊNCIAS

- AIRES, SUELY. *Corpos marcados para morrer*. RevistaCult, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/corpos-marcados-para-morrer/>> Acesso em 08 de julho de 2023
- BARROSO, Caroline. **"De que cor eu sou?" O lugar da menina negra no espaço escolar: um estudo sobre a representação das Mulheres Negras no livro didático**. Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2020.
- COMO SE FOSSE A PRIMEIRA VEZ**, Direção: Peter Segal, EUA, 2004.
- CRUZ, Rafaela dos Santos. **A experiência corpórea do sujeito preto na obra Pele Negra, Máscaras Brancas, de Frantz Fanon**. Dissertação – Universidade Estadual Paulista, 2023.
- DOIS ESTRANHOS**. Direção: Martin Desmond Roe e Travon Free, Estados Unidos, 2020.
- FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador; EDUFBA: 2008.
- \_\_\_\_\_. **Os condenados da Terra**. R.J: Ed. Zahar, 2022.
- \_\_\_\_\_. **Revista de Filosofia**. Salvador, v. 1, n. 2, 2020, p. 14-26.
- FEITIÇO DO TEMPO. Direção: Harold Ramis, Estados Unidos, 1993
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- GERER, **Gerência de Relações Étnico – Raciais**. Disponível em <<https://sites.google.com/view/gerer-sme/in%C3%ADcio>> Acesso em 08 de julho de 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **Jornal do Movimento Negro Unificado**. 1991.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2022**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>> Acesso em 8 de julho de 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000.
- MBEMBE, Achille. **A Necropolítica**. N-1Edições, SP, 2018.

\_\_\_\_\_. **Brutalismo**. N-1Edições, SP, 2021.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de américa latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Instituto Kuanza, 2006, p. 117-125

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

**TRIÂNGULO DO MEDO**. Diretor: Christopher Smith, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, 2009.

VITORIO, R. B. da S. Raça, Corpo e Existência: uma leitura pós-colonial em Fanon. **Anãnsi: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 14–26, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/anansi/article/view/10170>. Acesso em: 16 jul. 2023.